

Por Moara Semeghini

# Engenheiros da USP e Unicamp contestam corte de árvores na Praça do Coco, em Barão

Exames técnicos indicam preservação e ausência de risco estrutural

Moara Semeghini/Correio da Manhã

Engenheiros agrônomos, ambientais e florestais ligados à USP e à Unicamp, além de integrantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema), realizaram análises independentes que apontam que as árvores extraídas da Praça do Coco, em Barão Geraldo, em Campinas, tinham condições de serem preservadas e não apresentavam necessidade de supressão.

As árvores foram cortadas na terça-feira (28 de abril), ação que gerou forte repercussão e motivou ao menos dois protestos de moradores, o primeiro no dia seguinte (29) e o segundo no sábado (2 de maio).

Na sexta-feira (1º), uma equipe técnica iniciou a primeira etapa de exames para verificar as condições estruturais dos exemplares. Os laudos finais, elaborados por equipes da Unicamp e da USP, ainda estão em fase de conclusão e devem ser apresentados nesta semana. Uma prévia, no entanto, já indica divergência em relação aos documentos apresentados anteriormente pela Prefeitura e aponta que as árvores “estavam vivas”.

“As duas árvores que foram extraídas da Praça do Coco não deveriam ser retiradas de forma alguma. Elas estavam boas, sim. A gente vê que eram árvores vivas. Quando fizemos a análise, realizamos pequenos furos para contato do transdutor com a madeira, e ela derramou muita seiva. Isso mostra que havia fluxo ativo. Ela não deveria ser retirada”, disse a pesquisadora Stella Palma, bióloga e engenheira agrícola com doutorado pela Unicamp, que realizou exames com tomografia ultrassônica, técnica que permite avaliar a estrutura interna da árvore sem causar danos.

Segundo Palma, em uma primeira análise, é possível observar que, pela posição, a raiz estava bem acomodada e havia canteiro suficiente. “A árvore não tinha risco nenhum de queda, nenhum”, afirmou. Ainda de acordo com ela, embora o laudo completo ainda esteja em elaboração, já é possível indicar que não havia justificativa para o corte. “A gente via a umidade ali, a árvore estava viva”, reforçou.

“E o pior é que, para isso, foram feitas podas drásticas em outras árvores boas. O resultado é que agora será necessário um tratamento complexo para recuperação. Quando se retira muita copa, a brotação vem desordenada, em ‘vassourada’, o que compromete a estrutura e a estética da árvore”, explicou.

Na sexta-feira (1º), também foi realizado exame com tomógrafo de impulso pela equipe do engenheiro José Hamilton de Aguirre Júnior, membro técnico do Condema.

Testemunhas e moradores do entorno relataram que funcionários da empresa MB Engenharia tentaram remover rapidamente, inclusive durante a madrugada, galhos e toras cortadas. Segundo Aguirre Júnior, esse material indicava que não havia comprometi-



Manifestantes reunidos em volta do que restou de uma das árvores extraídas pela Prefeitura na última semana

timento interno significativo.

Além disso, ao menos dois grandes ramos permaneceram no local, pendurados, gerando risco. “A área está isolada por fitas, mas o risco existe”, afirmou.

Segundo o engenheiro, as análises seguiram critérios da norma ABNT 16246, com avaliações de níveis 1, 2 e 3, incluindo exame interno da madeira.

“Nos dois exames, a árvore indicada para supressão apresentava condições de preservação”, disse.

Ele explica que o método mais aprofundado revelou que os exemplares tinham estrutura adequada, embora necessitassem de manejo e monitoramento. “A árvore não estava perfeita, mas estava em condição de preservação. O correto seria adubação, poda adequada e acompanhamento”, afirmou.

O laudo completo será apresentado ao Condema e pode subsidiar encaminhamento ao Ministério Público.

Engenheiros da USP, membros técnicos do Condema e profissionais da Unicamp compuseram uma equipe multidisciplinar para comparar metodologias de avaliação. Segundo eles, o documento utilizado pela Prefeitura é insuficiente.

“O que foi apresentado tem

apenas uma página. É muito simples. Nós, como técnicos, não consideramos isso um laudo”, afirmou Aguirre Júnior.

Os especialistas também criticam o modelo de execução do serviço. Segundo eles, a mesma empresa responsável pelo corte atua em diferentes etapas do processo.

“Há madeira de boa qualidade sendo levada para compostagem, o que é tecnicamente questionável”, disse.

De acordo com Palma, a recuperação das árvores remanescentes exigirá manejo adequado e mão de obra qualificada. “Os funcionários executam o que é orientado. O problema está no tipo de intervenção que vem sendo realizado”, ponderou.

Ela também defende que a Prefeitura poderia buscar parcerias com instituições como a Unicamp para aprimorar a política pública de arborização.

“São árvores históricas, com valor para a população. Nenhuma árvore viva deveria ser retirada sem uma avaliação criteriosa”, afirmou.

O engenheiro agrônomo Ivan Alvarez também avaliou o caso e reforçou que os exemplares poderiam ter sido preservados.

“Não havia dano estrutural

ou doença que justificasse o corte. Com manejo adequado, essas árvores poderiam ser mantidas”, disse.

A intervenção gerou forte reação de moradores, que realizaram protestos e passaram a acompanhar as ações no local. Relatos sobre retirada acelerada de material vegetal aumentaram a desconfiança em relação ao procedimento.

O vereador Wagner Romão e a vereadora Mariana Conti (PSOL) participaram de mobilizações. Para Romão, o caso evidencia falhas recorrentes.

“É preciso um estudo muito mais aprofundado antes de considerar a extração como solução”, afirmou.

Ele defende maior transparência e participação da população nos processos decisórios.

Os laudos completos devem ser apresentados ao Condema nos próximos dias e podem ser encaminhados ao Ministério Público, ampliando o debate sobre critérios técnicos e fiscalização da arborização urbana em Campinas.

## Prefeitura defende cortes

Em nota, a Prefeitura de Campinas informou que: duas árvores de grande porte foram suprimidas

na Praça do Coco por apresentarem comprometimento estrutural e risco de queda; a decisão foi baseada em critérios técnicos e em laudos elaborados por profissionais do Departamento de Parques e Jardins e têm fé pública; os exemplares estavam secos, sem condições de recuperação e representavam risco; já havia recebido solicitações de frequentadores da praça pedindo providências. A administração afirmou que é sua responsabilidade, civil e criminal, prevenir acidentes provocados por quedas de árvores.

Sobre os danos registrados durante a intervenção, a Prefeitura informou que, devido ao porte dos exemplares, uma floreira foi atingida e será refeita, além da realização de limpeza e manutenção no playground. O município também informou que ainda resta a remoção de um tronco e a destoca do sistema radicular no local, etapa necessária para o plantio de novas árvores.

Como compensação, a Prefeitura afirmou que serão plantados dois exemplares de jequitibá-rosa na área.

Por fim, destacou que o manejo arbóreo segue a Lei de Arborização Urbana (Lei nº 11.571/2003) e que, desde 2021, já foram plantadas 965 árvores no distrito de Barão Geraldo.